

Hapvida Assistência
Médica Ltda.

**Demonstrações financeiras
individuais em 31 de dezembro
de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	6
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	18

Relatório da Administração – Hapvida Assistência Médica Ltda.

Ao longo de 2019 a Hapvida Assistência Médica Ltda. se consolida como uma das maiores operadoras de planos de saúde do Brasil e uma das mais importantes empresas do Grupo Hapvida, ao qual faz parte. Com sede em Fortaleza – Ceará a Operadora atua majoritariamente no norte e nordeste do país para o segmento saúde e atuação nacional para segmento odontologia. A Operadora é uma empresa do Grupo Hapvida, uma rede de operadoras, hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, que combina oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A Cultura do Hapvida valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

➤ Principais movimentos societários, aquisições e investimentos

Relevantes aquisições tiveram efeito no crescimento da Operadora durante todo o ano de 2019. Lembramos que ainda em setembro de 2018 a Empresa tornou público a intenção de compra da carteira de clientes da Assistência Médico Hospitalar Ltda. (“Uniplam”) sediada em Teresina, estado do Piauí. A carteira possuía cerca de 25 mil beneficiários, majoritariamente concentrados na capital do Piauí, cuja operação estratégica do Grupo Hapvida ampliou sua atuação através da inauguração em janeiro de 2018 do Hospital Rio Poty, no mesmo município. A carteira foi adquirida por 30 milhões. Em 14 de janeiro de 2019 a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS através do Ofício nº 32/2019/GMOP/DIRAD-DIPRO/DIPRO conclui o processo de tramitação que autorizou a transferência da carteira.

Em outubro de 2018 mais uma intenção de compra foi anunciada, desta vez da carteira de clientes da Free Life Operadora de Planos de Saúde Ltda. (“Free Life”) sediada no estado do Ceará e com atuação na região metropolitana de Fortaleza e Cariri (região que compreende Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato) segundo maior mercado consumidor do estado. A carteira possuía cerca de 25 mil beneficiários e a carteira foi adquirida por R\$ 23,6 milhões. Em 18 de dezembro de 2018 a ANS através do Ofício nº 18/2018/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO autorizou a transferência da carteira.

Em junho de 2019 tornou-se público o acordo para aquisição de empresas que compõem o Grupo América por parte do Grupo Hapvida, sendo três operadoras aquisições diretas da Empresa: AME Planos de Saúde Ltda., PROMED Assistência Médica Ltda e Jardim América Saúde Ltda. Fundado em 1982 na cidade de Goiânia, o Grupo América tem intensa atuação no setor de saúde suplementar na região metropolitana de Goiânia e na cidade de Anápolis. A aquisição total do Grupo América pelo Grupo Hapvida, que ainda envolve outras companhias, foi estimada em R\$ 426 milhões. A ANS, através dos ofícios nº 116/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE , nº: 20/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE e nº: 115/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, deferiu o pedido de assunção do controle societário da AME Planos de saúde Ltda., PROMED Assistência Médica Ltda. e Jardim América Saúde Ltda. respectivamente.

Em julho de 2019 a Hapvida celebrou acordo para aquisição de 75% das quotas representativas do capital social da RN Metropolitan Ltda. (“RN Saúde”). A RN Saúde tem sede na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, atuando no setor de saúde suplementar na região do triângulo mineiro e possuindo cerca de 50 mil vidas. O preço da referida aquisição foi de R\$ 53 milhões. Em 06 de novembro de 2019 a ANS através do Ofício nº 120/2019/ASSNT-DIOP/DIRAD-DIPRO/DIOPE deferiu a assunção do controle societário.

Em Dezembro de 2019 foi assinado protocolo de intenção de transferência voluntária da integralidade da carteira de beneficiários da Plamed Plano de Assistência Médica Ltda. (“Plamed”). Sediada em Aracajú, estado de Sergipe, a Plamed conta com uma carteira de cerca de 31 mil beneficiários de planos de saúde localizados substancialmente na região de Aracajú e municípios vizinhos. O valor da transação foi fixado, inicialmente, em R\$ 57,5 milhões. Até a emissão desse relatório a conclusão

desta transação aguarda apreciação e aprovação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE.

Todas essas aquisições contribuíram para a expansão geográfica da Empresa reforçando a estratégia do Grupo Hapvida de atuação e ampliação em várias regiões. Esta estratégia reforça os planos de continuidade e crescimento das operações nos anos que virão.

➤ **Qualidade Assistencial**

No aspecto de qualidade assistencial destacamos o “Viver Bem” que é um programa de atenção à saúde para os beneficiários do Hapvida que oferece um atendimento resolutivo e eficiente, visando diminuir complicações da diabetes. Um sistema-robô identifica pacientes com exames de sangue com alterações que indiquem que ele tenha ou possa vir a ter diabetes mellitus tipo 2. O contato com o paciente é realizado por profissional treinado do nosso call center exclusivo. Presente em Fortaleza, Recife e Salvador, o Viver Bem é composto por médicos, enfermeiros e nutricionistas especializados no tratamento de portadores de diabetes e tem como objetivo estimular uma mudança no estilo de vida das pessoas. O programa possui, também, uma central de gerenciamento conduzida por uma equipe de enfermagem treinada no atendimento remoto de pacientes portadores de diabetes. Até dezembro de 2019, o grupo de pacientes acompanhados pelo programa conseguiu uma redução muito relevante da hemoglobina glicada quando comparada a de pacientes não acompanhados. Ao final de 2019, faziam parte do programa cerca de 5.300 beneficiários.

➤ **Capacidade Financeira**

A Empresa finaliza o ano de 2019 com R\$ 1.787 milhões em caixa sendo parte em disponível e parte em aplicações financeiras distribuído entre certificado de depósitos bancários, fundos de investimento de renda fixa e operações compromissadas. A Empresa possui intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento. A Empresa não possui endividamento e seu fluxo financeiro é baseado em sua operação.

➤ **Performance do resultado**

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a receita líquida da Empresa cresceu 14,9% atingindo a marca de R\$ 5.383,3 milhões já considerando as aquisições das carteiras Free Life e Uniplam. Os eventos indenizáveis líquidos apresentaram aumento de 5,8% quando comparado ao mesmo período de 2018 fortemente influenciado pelo aumento na cobrança de ressarcimento ao SUS com efeito neste grupo de aproximadamente R\$ 150,0 milhões e reajustes na rede de atendimento. O resultado das operações com planos de assistência à saúde atingiu a marca de R\$ 1.297,6 milhões e uma margem bruta de 24,1%, uma diminuição de 5,8 p.p. em relação ao ano anterior.

As despesas comerciais e administrativas foram 0,7 p.p. e 1,4 p.p. menores em relação a receita líquida, respectivamente, que o ano de 2018, fruto do esforço da Empresa para aumentar a eficiência operacional.

O Lucro líquido da Empresa foi de R\$ 229,7 milhões com margem líquida de 4,3%, uma diminuição de 3.2 p.p. em relação ao ano anterior.

Apesar da diminuição no resultado de 2019 em comparação a 2018 a Empresa segue bastante otimista em relação às integrações e oportunidades nas suas aquisições pois o planejamento vem sendo seguido sem que haja quaisquer surpresas até o momento e ainda, confiante de que haverá sinergias importantes que serão advindas do modelo de negócio do grupo Hapvida o que trará benefícios futuros para continuidade e crescimento das operações durante os anos que virão.

➤ **Política de destinação de lucros**

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei nº 11.638/2007.

➤ **Considerações finais**

A Empresa entende que a situação causada pela atual pandemia do coronavírus no Brasil e no Mundo requer especial atenção nos próximos meses. A Empresa, como parte de um Grupo de negócios prioritariamente verticalizado, conta com uma rede com ampla estrutura hospitalar com totais condições de atender aos pacientes com síndromes virais de qualquer natureza, pois há leitos disponíveis, equipes treinadas, protocolos atualizados e equipamentos de última geração.

A Empresa, e o Grupo Hapvida do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre. A vigilância e o monitoramento dos possíveis impactos do Covid-19 na economia brasileira serão contínuos e a Empresa atuará de forma proativa para mitigar os efeitos negativos causados pelo alastramento do vírus no país.

A Administração da Empresa reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2019 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Administração.



KPMG Auditores Independentes
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos

Cotistas e aos Administradores da Hapvida Assistência Médica Ltda.

Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Hapvida Assistência Médica Ltda. (“Hapvida” ou “Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hapvida Assistência Médica Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais .

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com

base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Disponível	23	95.301	119.701	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde			
Realizável				Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		108.957	36.538
Aplicações financeiras				Provisão de eventos a liquidar para o SUS		360.915	162.454
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	5	517.505	407.135	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		72.061	79.869
Aplicações livres	5	410.231	189.985	Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	12	90.880	151.097
		<u>927.736</u>	<u>597.120</u>			<u>632.813</u>	<u>429.958</u>
Créditos de operações com planos de assistência à saúde				Débitos de operações de assistência à saúde			
Contraprestações pecuniárias a receber	6	147.891	134.450	Receita antecipada de contraprestações	13	364	60.966
Outros créditos com operações de assistência à saúde		<u>56.121</u>	<u>7.114</u>	Comercialização sobre operações de assistência à saúde		525	4.215
		<u>204.012</u>	<u>141.564</u>			<u>889</u>	<u>65.181</u>
Despesas de comercialização diferidas	7	97.861	99.333	Provisões para IR e CSLL	14	19.157	33.533
Créditos tributários e previdenciários		23.434	19.226	Tributos e contribuições a recolher	15	35.802	21.264
Bens e títulos a receber		9.512	20.058	Débitos diversos	16	102.813	129.072
Total do ativo circulante		<u>1.357.856</u>	<u>997.002</u>	Total do passivo circulante		<u>791.474</u>	<u>679.008</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Aplicações não vinculadas	5	764.945	955.683	Provisões para ações judiciais	17	239.600	213.463
		<u>764.945</u>	<u>955.683</u>	Tributos e contribuições a recolher	15	1.705	1.707
				Débitos diversos	16	17.333	2.642
Títulos e créditos a receber		15.091	15.611	Total do passivo não circulante		<u>258.638</u>	<u>217.812</u>
Depósitos e bloqueios judiciais e fiscais	16	145.551	89.000	Patrimônio líquido			
Ativo fiscal diferido	23	99.278	94.173	Capital social		921.720	921.720
		<u>1.024.865</u>	<u>1.154.467</u>	Reservas de lucros		675.203	445.500
Investimentos	11	115.387	-	Total do patrimônio líquido	18	1.596.923	1.367.220
Imobilizado	8	30.469	28.339				
Intangível	9	118.458	84.232	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.647.035</u>	<u>2.264.040</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.289.179</u>	<u>1.267.038</u>				
Total do ativo		<u>2.647.035</u>	<u>2.264.040</u>				

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde			
Contraprestações líquidas		5.457.242	4.760.972
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		<u>(73.937)</u>	<u>(75.198)</u>
		<u>5.383.305</u>	<u>4.685.774</u>
Eventos indenizáveis líquidos			
Eventos conhecidos ou avisados		(4.161.076)	(3.263.699)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		<u>60.216</u>	<u>(22.568)</u>
	19	<u>(4.100.860)</u>	<u>(3.286.267)</u>
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		<u>1.282.445</u>	<u>1.399.507</u>
Receitas de assistência a saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		10.873	12.252
Outras despesas operacionais com plano de assistência a saúde			
Provisão para perdas sobre créditos		<u>(146.899)</u>	<u>(137.855)</u>
		<u>(146.899)</u>	<u>(137.855)</u>
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		(4.220)	(35.594)
RESULTADO BRUTO		<u>1.142.199</u>	<u>1.238.310</u>
Despesas de comercialização	20	(300.241)	(295.374)
Despesas administrativas	21	(534.536)	(531.772)
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		143.166	118.223
Despesas financeiras		<u>(79.364)</u>	<u>(24.743)</u>
	22	<u>63.802</u>	<u>93.480</u>
Resultado patrimonial			
Receitas patrimoniais		1.594	8
Despesas patrimoniais		<u>(13.630)</u>	<u>(6.276)</u>
		<u>(12.036)</u>	<u>(6.268)</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		359.188	498.376
Imposto de Renda	23	(98.167)	(120.624)
Contribuição Social	23	(36.422)	(44.689)
Impostos Diferidos	23	<u>5.104</u>	<u>16.190</u>
		<u>(129.485)</u>	<u>(149.123)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>229.703</u>	<u>349.253</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido	229.703	349.253
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>229.703</u></u>	<u><u>349.253</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2018		<u>818.400</u>	<u>236.954</u>	<u>-</u>	<u>1.055.354</u>
Aumento de capital		103.320	-	-	103.320
Resultado líquido do exercício				349.253	349.253
Proposta da destinação do lucro					-
Distribuição de lucros retidos R\$ 0,08 por cota		-	-	65.000	65.000
Distribuição de lucros retidos R\$ 0,02 por cota		-	-	33.307	33.307
Distribuição de JCP		-	-	42.400	42.400
Constituição de reserva		-	208.546	- 208.546	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	18	<u>921.720</u>	<u>445.500</u>	<u>-</u>	<u>1.367.220</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	229.703	229.703
Constituição de reserva	18	-	229.703	(229.703)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	18	<u>921.720</u>	<u>675.203</u>	<u>-</u>	<u>1.596.923</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos saúde	5.298.297	4.585.598
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.998.796	1.331.921
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	232.864	2.283
(+) Outros recebimentos operacionais	61.383	33.251
(-) Pagamento a fornecedores/Prestadores de serviço de saúde	(3.932.446)	(3.363.786)
(-) Pagamento de comissões	(247.446)	(215.384)
(-) Pagamento de pessoal	(186.584)	(198.507)
(-) Pagamento de pró-labore	-	(656)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(181.451)	(86.885)
(-) Pagamento de tributos	(391.875)	(378.676)
(-) Pagamento de processos judiciais	(89.475)	(88.797)
(-) Pagamento de aluguel	(10.997)	(15.771)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(39.477)	(45.262)
(-) Aplicações financeiras	(2.278.168)	(1.462.903)
(-) Outros pagamentos operacionais	(89.116)	(15.966)
Caixa líquido das atividades operacionais	144.305	80.460
Atividades de investimentos		
(-) Pagamento de aquisição de ativo Imobilizado - Hospitalar	(2)	(23)
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(8.017)	(13.668)
(-) Pagamento relativos ao ativo intangível	(44.360)	(39.330)
(-) Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(107.027)	(1)
(-) Outros pagamentos das atividade de investimento	(9.299)	(229)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(168.705)	(53.251)
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de capital em dinheiro	-	103.320
(-) Pagamento de participação nos resultados	-	(98.307)
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	5.013
Variação líquida do caixa	(24.400)	32.222
CAIXA - Saldo inicial	119.701	87.479
CAIXA - Saldo final	95.301	119.701
Ativos Livres no Início do Período	309.686	521.652
Ativos Livres no Final do Período	505.532	309.686
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES	195.846	(211.966)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Hapvida Assistência Médica Ltda. (“Hapvida” ou “Empresa”), controlada da Hapvida Participações e Investimentos S.A (HAPV3), com sede na Av. Heráclito Graça, na cidade de Fortaleza - Ceará, iniciou suas operações em 15 de julho de 1991 com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 36825-3 e tem por objeto a contratação de serviços hospitalares, de odontologia, de medicina, de exames auxiliares, de diagnósticos de tratamento e a comercialização desses serviços através de planos de saúde.

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 322 de 28 de março de 2013, atualizado pela RN nº 435/2018 e alterações subsequentes, ambas da ANS.

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

De acordo com o item 4 (a) do CPC 36 (R3), a Administração optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas desta Companhia, por atender todos requerimentos da norma, que inclui a disponibilização das demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador direto (Hapvida Participações S.A.), entidade domiciliada no Brasil, que foram divulgadas em 25 de março de 2020, de acordo com as normas brasileiras de relatório financeiro (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Empresa em 30 de abril de 2020.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis individuais, com o objetivo de classificar para o

não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social, diferidos, são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Estimativas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas principalmente nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período.
- **Nota Explicativa nº 9** - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis, conseqüentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registros contábeis no resultado do período.
- **Nota Explicativa nº 12** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.
- **Nota Explicativa nº 17** - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências⁷: premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.
- **Nota Explicativa nº 23** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Operadora requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Operadora estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 3 – “Combinações de negócios”.

e. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

3 Combinação de negócios

a. Aquisição do Grupo América

Em junho de 2019, o Grupo Hapvida Participações (controladora da Hapvida Assistência Médica) celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social das empresas do Grupo América, através de suas subsidiárias Ultra Som Serviços Médicos S.A. e Hapvida Assistência Médica Ltda. Após conclusão de determinadas condições contratuais suspensivas, o processo foi finalizado em 2 de dezembro de 2019. A aquisição do Grupo América tem por objetivo reforçar a atuação da Operadora e de seu Grupo Econômico na região Centro-Oeste, através da atuação por meio do Grupo América na região metropolitana de Goiânia e Anápolis.

A aquisição das Operadoras do Grupo América foi realizada pelo valor de R\$ 114.537, conforme disposição contratual da seguinte forma:

- a) Parcela correspondente a R\$ 107.027 pagos após 10 dias da data do fechamento;
- b) Parcela retida para pagamento de dívidas e eventuais contingências, no valor de até R\$ 7.510, tratada pela Operadora como contraprestação contingente. A parcela retida faz parte do preço de aquisição e, após dedução da dívida líquida apurada da data de

fechamento da aquisição, o valor remanescente terá por finalidade garantir eventuais contingências decorrentes de eventos anteriores a data de fechamento da transação. Na eventual não utilização do valor remanescente, este será pago aos vendedores conforme cronograma pré-estabelecido em Contrato. Na mensuração inicial da aquisição, não foram identificados ajustes sobre os passivos contingentes já existentes nas empresas adquiridas, mas a Operadora poderá avaliar e concluir tal mensuração pelo prazo de até doze meses da data de aquisição.

Ativos adquiridos e passivos assumidos

A seguir são apresentados os valores justos provisórios dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição das empresas adquiridas pela Hapvida Assistência Médica, obtidos a partir do laudo técnico preliminar elaborado por consultores independentes. A mensuração dos valores justos dos ativos e passivos identificados foi realizada de forma provisória considerando um esforço razoável da Operadora em determinar tal mensuração levando em consideração a proximidade da data de aquisição em relação a data base dessas demonstrações financeiras.

	Jardim América Saúde Ltda.	Promed Assistência Médica Ltda.	AME Planos de Saúde Ltda.
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	136	2.467	182
Aplicações financeiras de curto prazo	753	9.890	2.080
Contas a receber de clientes	767	3.555	1.403
Outros ativos	763	3.756	1.023
Tributos diferidos	115	1.917	667
Depósitos judiciais	522	6.472	2.502
Investimentos	79	-	-
Imobilizado	3.571	6.658	8.510
Intangível	2.752	15.683	2.147
Total do ativo	9.458	50.398	18.514
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	52	-	-
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	3.193	26.312	4.810
Tributos e contribuições a recolher	411	7.747	506
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Arrendamento a pagar	751	-	1.689
Outras contas a pagar	646	1.105	7.525
Impostos diferidos	-	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	582	1.363	2.779
Total do passivo	5.635	36.527	17.309
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	3.823	13.871	1.205
Patrimônio líquido das adquiridas	761	171	(951)
Mais-valia líquida de ativos	3.062	13.700	2.156
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Provisório)	4.275	83.306	8.057
Total da contraprestação	8.098	97.177	9.262

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes. A escolha da metodologia aplicável a cada classe de ativos está relacionada com a natureza e função destes na operação do negócio.

Ativo	Método de Avaliação
Intangível - Marca	Abordagem de Renda (Relief from Royalties)
Intangível - Carteira de Vidas	Abordagem de Renda (Multi-Period Excess Earnings Model – “MPEEM”)
Imobilizado	Custo de Reposição

Descrevemos, a seguir os métodos de avaliação:

Abordagem de Renda (Relief from Royalties) – Nesta técnica estimamos o valor do ativo capitalizando os *royalties* que são economizados porque a empresa é proprietária do ativo

intangível. Em outras palavras, o proprietário da marca, da tecnologia de núcleo e patentes percebe um benefício por possuir o Ativo Intangível, ao invés de pagar um aluguel ou royalties para o uso do ativo.

Multi-Period Excess Earnings Model – MPEEM – Este método mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Dos fluxos de caixa futuros atribuíveis diretamente ao ativo são descontados os custos e despesas operacionais, e da margem resultante são subtraídos os encargos sobre os ativos contribuintes identificados diretamente relacionados ao ativo em questão (*Contributory Charges*) para se chegar aos fluxos livres a serem descontados para cálculo do valor presente.

Custo de reposição – É o custo atual de um bem semelhante novo, cuja utilidade equivalente é a que mais se aproxima do bem que está sendo avaliado.

Informações obtidas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição podem resultar em ajustes na alocação dos ativos identificáveis, passivos identificáveis e ágio por expectativa de rentabilidade futura. Esta análise será concluída dentro de um período máximo de doze meses da data de aquisição.

Estima-se que os valores relacionados ao ágio e mais valia serão dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O valor representa a expectativa de rentabilidade futura, baseada em benefícios esperados com a sinergia da atuação da Operadora.

4 Principais políticas contábeis

A empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

A Empresa classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e ativos financeiros mantidos até o prazo de vencimento por meio do resultado e compreendem caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto e longo prazos, contas a receber e outros recebíveis.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos na data da negociação quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Operadora transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Disponível

São classificadas como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se, e somente se, existirem indicativos reais de que serão destinados a atender a compromissos de caixa de curto prazo. Usualmente, o fluxo de caixa da Empresa movimentada os recursos diários originados na própria operação, não sendo necessário efetuar resgate de aplicações financeiras, as quais acabam sendo mantidas e destinadas a outros propósitos, que não a liquidação de obrigações corriqueiras.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são designados como valor justo por meio do resultado se a Empresa gerenciar esses investimentos e tomar decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas são reconhecidas no resultado.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.

Investimentos mantidos até o vencimento são os que a Empresa possui a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado menos as perdas por redução ao valor recuperável, acrescidas dos juros obtidos, que influenciam o resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são avaliados para determinar a existência de evidência de perda na data de elaboração das demonstrações financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva de que o valor tenha diminuído como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, afetando os fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo.

A perda estimada sobre créditos segue os critérios da ANS. Na Operadora Hapvida Assistência Médica Ltda e suas investidas., para os planos individuais com preço preestabelecido, foram estimadas perdas para o saldo total dos contratos vencidos há mais de 60 dias. Para os demais contratos e créditos da Empresa, foi constituída perda estimada referente ao saldo total dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

(ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial, desreconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a Empresa se torna parte da relação contratual do instrumento. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidas no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Empresa são classificados como contas a pagar e outras contas a pagar.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são finalizadas, canceladas ou expiram.

b. Dispêndios/despesas de comercialização diferidos

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais diferidos, sendo a apropriação ao resultado realizada no período de 12 meses, de acordo com a Resolução Normativa (RN) n° 322 de 28 de março de 2013, atualizado pela RN n° 435/2018 e alterações subsequentes, ambas da ANS.

c. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Operadora em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Operadora, direta ou indiretamente, tenha influência significativa. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

d. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	6,8 anos
Máquinas e equipamentos	10,3 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos

e. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Operadora e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para as respectivas unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação, quando aplicável.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros

gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização do ativo intangível é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é, geralmente, reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Softwares	5 anos
Aquisição de carteiras	(i)

- (i) Tempo médio ponderado de permanência dos contratos na carteira de clientes.

f. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: a Empresa tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; for provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

(i) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos e a avaliação da Administração sobre a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas quando relevantes, os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.

(ii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de eventos a liquidar é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

A provisão de eventos a liquidar para o Sistema Único de Saúde (SUS) é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando obrigação legal de restituir as despesas em eventual atendimento de seus beneficiários.

A Provisão para Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada *pro rata* dia,

com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela Empresa proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

h. Receita operacional

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde. Essas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com contraprestações são apropriadas considerando-se o período de cobertura do risco, *pro rata* dia, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de rendimentos de aplicações, atualizações financeiras efetivamente recebidas sobre títulos liquidados em atrasos pelos clientes e outras atualizações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem principalmente despesas bancárias e descontos concedidos ao cliente em negociações eventuais para recebimentos de títulos em atraso.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS. São elas:

CPC 06 (R2) - Leases (Arrendamentos)

A CPC 06 (R2) substitui às orientações existentes na IAS 17 e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- (a) Arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório).
- (b) Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo: uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a CPC 06 (R2) seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 introduz um novo modelo de mensuração para contratos de seguros. Ela estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que as entidades ofereçam informação relevante de maneira confiável que represente esses contratos. O padrão será adotado a partir do exercício iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A Administração do Grupo Hapvida está em fase de análise dos impactos da adoção da IFRS 17 na Hapvida Assistência Médica e demais operadoras de Saúde do Grupo.

CPC 48 – Instrumentos financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Operadora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do CPC 50 de Contratos de Seguros.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro IFRIC 23

A nova interpretação, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS 12 –Income Taxes, quando os tratamentos fiscais são incertos, em virtude de quaisquer procedimentos fiscais adotados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, conseqüentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos

A Companhia avaliou a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tratamento fiscal de tributos sobre o lucro considerados como incertos e concluiu que não há impactos do IFRIC 23, dado que os procedimentos adotados para apuração e reconhecimento dos tributos sobre o lucro refletem a aplicação das normas tributárias, bem como uma interpretação adequada considerando decisões e precedentes administrativos e judiciais.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

Resolução Normativa (RN) n° 435/2018

Esta Resolução altera o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, revogando a RN anterior, de n° 290, de 27 de fevereiro de 2012, destacando que, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2020, as operadoras de grande porte deverão informar em notas explicativas a realização do Teste de Adequação de Passivo (TAP), de acordo com as regras e parâmetros definidos nesta norma, incluindo: a) todas as bases técnicas utilizadas para as estimativas correntes dos fluxos de caixa, além daquelas estabelecidas nesta norma, bem como os agrupamentos de contratos similares adotados, observado o mínimo exigido; b) as estimativas correntes de fluxo de caixa de cada agrupamento de contratos similares que apresentarem resultado negativo. A Companhia realizou o TAP e não identificou insuficiência.

Resolução Normativa (RN) n° 442/2018

Esta Resolução altera a RN n° 393/2015, que dispõe sobre critérios de constituição de Provisões Técnicas a ser observadas pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2021, principalmente pela:

- i) Constituição de Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS. Em 31 de dezembro de 2019 o valor calculado e divulgado pela ANS é de R\$ 1.659;
- ii) Constituição da Provisão para Insuficiência de Contraprestações/Prêmio (PIC). A Companhia não identificou insuficiência que leve a necessidade de constituição de provisão.

5 Aplicações financeiras

Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2019	2018
Mantido até o vencimento	<u>1.691.630</u>	<u>1.423.616</u>
Certificados de Depósitos Bancários (a)	409.604	408.352
Fundo de investimento de renda fixa - Aplicações vinculadas (c)	517.505	407.135
Fundo de investimento de renda fixa - Exclusivos (d.2)	570.916	245.192
Fundo de investimento de renda fixa - Não exclusivos (d.1)	193.605	362.740
Outras aplicações	-	197
Empréstimos e recebíveis	<u>1.051</u>	<u>129.187</u>
Operação compromissada (b)	1.051	129.187
Total	<u>1.692.681</u>	<u>1.552.803</u>
Circulante	927.736	597.120
Não circulante	764.945	955.683

- (a) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) são remunerados à taxa média mensal de 101,00% a 102,5% do CDI (100,9% a 103,1% em 2018) com vencimentos entre janeiro de 2020 e setembro de 2022.
- (b) A Compromissada consiste basicamente na compra de títulos públicos, com compromisso de recompra por parte da instituição financeira, com prazo definido e taxa média mensal de 100,2% a 102,0% de CDI (100,9% a 102,0% em 31 de dezembro de 2018). Com vencimentos entre fevereiro de 2020 e maio de 2020.
- (c) Fundo de investimento de renda fixa - Ativos Garantidores são utilizados para lastrear as provisões técnicas da operadora de assistência à saúde, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12. Seus rendimentos médios mensais variaram ao longo do ano entre 74,2% e 104,2% do CDI (97,8% e 104,1% em 31 de dezembro de 2018).
- (d) Composto por duas modalidades de fundos, conforme segue:
1. Cotas de fundos de investimento de renda fixa não exclusivos, os quais possuem a maioria de seus investimentos em títulos públicos, com rentabilidade média bruta de impostos de 0,51% ao mês (0,81% em 2019). Essas aplicações não possuem vencimento, sendo classificadas no longo prazo.
 2. Aplicados em três fundos exclusivos, administrados e geridos pelo Banco do Brasil, Banco Santander e Banco Itaú. Esses fundos aplicaram seus recursos em cotas de outros fundos administrados pelos bancos gestores. As políticas de investimentos dos fundos exclusivos determinam a concentração dos recursos em ativos financeiros com baixo risco de crédito (classificação ANBIMA). A taxa de administração é de 0,06%, 0,05% e 0,12 % para os fundos administrados pelo Banco do Brasil, Santander e Itaú, respectivamente. A rentabilidade média desses fundos ao longo do ano variou entre 90,40% e 106% do CDI.

Parte dos fundos de investimento da Empresa, identificados no quadro principal desta nota explicativa como “Ativos Garantidores” são utilizados para lastrear as provisões técnicas da operadora de assistência à saúde, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12.

Movimentação das aplicações financeiras

	Mantido até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Mantidas para negociação	Total
Saldo em 01/01/2018	928.322	352.073	40.404	1.320.799
(+) Aplicações	1.250.033	223.147	(42.683)	1.473.180
(-) Resgates (a)	(833.884)	(454.485)	2.279	(1.331.052)
(+) Rendimentos	79.145	8.452	-	89.876
Saldo em 31/12/2018	1.423.616	129.187	-	1.552.803
(+) Aplicações	1.919.809	231.234	-	2.151.043
(-) Resgates (a)	(1.749.252)	(361.288)	-	(2.110.540)
(+) Rendimentos	97.457	1.918	-	99.375
Saldo em 31/12/2019	1.691.630	1.051	-	1.692.681

(a) Os resgates realizados pela Companhia são principalmente relacionados a fundos de investimentos, onde os recursos são diariamente aplicados de acordo com a rentabilidade dos mesmos.

6 Contraprestações pecuniárias a receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde da Operadora, conforme segue:

	2019	2018
Planos médico-hospitalares		
Planos coletivos (a)	120.873	90.462
Planos individuais (b)	<u>79.862</u>	<u>83.890</u>
Subtotal	200.735	174.352
(-) Provisão para perdas sobre créditos	<u>(52.844)</u>	<u>(39.902)</u>
Total	<u><u>147.891</u></u>	<u><u>134.450</u></u>

- (a) Planos de saúde com cobertura médico-hospitalar contratados por pessoas jurídicas.
 (b) Planos de saúde com cobertura médico-hospitalar contratados por pessoas físicas.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	2019	2018
A vencer	13.146	52.659
Vencidos		
Até 30 dias	98.521	62.754
De 31 a 60 dias	36.251	22.277
De 61 a 90 dias	21.082	12.055
De 91 a 120 dias	31.735	24.607
Total	200.735	174.352

A movimentação da provisão para perda no valor recuperável das contas a receber foi como segue:

	2019	2018
Saldos no início do exercício	39.902	40.574
Constituições líquidas	146.899	137.855
Reversões e baixas, líquidas	(133.957)	(138.527)
Saldos no final do exercício	52.844	39.902

7 Despesas de comercialização diferidas

A Empresa optou por diferir as comissões pagas aos agenciadores pela comercialização de planos de saúde de acordo com a Resolução Normativa (RN) n° 322 de 28 de março de 2013, atualizado pela RN n° 435/2018 e alterações subsequentes, ambas da ANS. As despesas pagas antecipadamente referem-se a permutas de publicidade a ser consumidas no próximo exercício.

8 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2019	Líquido 31/12/2018
Imóveis	4%	4.568	(1.126)	3.442	3.612
Equipamento de informática	14,7%	23.939	(13.910)	10.029	8.944
Máquinas e equipamentos	9,7%	6.245	(3.863)	2.382	2.865
Móveis e utensílios	10%	6.821	(3.516)	3.305	3.667
Instalações	10%	4.035	(111)	3.924	19
Imobilizado em andamento (a)		7.387	-	7.387	9.232
Total		52.995	(22.256)	30.469	28.339

A seguir, demonstramos a movimentação do imobilizado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2018	Adição	Baixas líquidas	Depreciação	Transferência	31/12/2019
Imóveis	3.612	-	-	(170)	-	3.442
Equipamento de informática	8.944	1.808	(11)	(2.625)	1.913	10.029
Máquinas e equipamentos	2.865	40	(31)	(543)	51	2.382
Móveis e utensílios	3.667	221	(1)	(633)	51	3.305
Instalações	19	749	-	(101)	3.257	3.924
Imobilizado em andamento (a)	<u>9.232</u>	<u>3.497</u>	<u>(70)</u>	<u>-</u>	<u>(5.272)</u>	<u>7.387</u>
Total	<u>28.339</u>	<u>6.315</u>	<u>(113)</u>	<u>(4.072)</u>	<u>-</u>	<u>30.469</u>

	01/01/2018	Adição	Baixas líquidas	Depreciação	Transferência	31/12/2018
Imóveis	3.781	-	-	(169)	-	3.612
Equipamento de informática	7.418	5.943	(345)	(4.191)	119	8.944
Máquinas e equipamentos	3.253	889	(716)	(812)	251	2.865
Móveis e utensílios	3.485	1.010	(282)	(664)	118	3.667
Instalações	21	-	-	(2)	-	19
Imobilizado em andamento (a)	<u>7.927</u>	<u>1.793</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(488)</u>	<u>9.232</u>
Total	<u>25.885</u>	<u>9.635</u>	<u>(1.343)</u>	<u>(5.838)</u>	<u>-</u>	<u>28.339</u>

- (a) Os saldos de imobilizado em andamento referem-se substancialmente a investimentos realizados em prédios administrativos para melhorar e expandir as instalações físicas.

9 Intangível

A seguir, demonstramos a movimentação do intangível do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2019	Líquido 31/12/2018
Aquisição de carteira (iii)	(iv)	35.305	(14.666)	20.639	23.610
Softwares	20,00%	68.951	(10.229)	58.722	14.396
Non compete	20,00%	8.280	-	8.280	-
Ágio sobre investimento (i)		16.065	-	16.065	16.065
Adiantamentos(ii)		<u>14.752</u>	<u>-</u>	<u>14.752</u>	<u>30.161</u>
Total		<u>143.353</u>	<u>(24.054)</u>	<u>118.458</u>	<u>84.232</u>

- (i) Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a testes de *impairment* para identificação de indícios de perda do valor recuperável.
- (ii) Adiantamentos para aquisição de novos *softwares* que serão implantados no exercício de 2020.

- (iii) Em 29 de outubro de 2018, a ANS autorizou, preliminarmente, a transferência voluntária total da carteira da Assistência Médica Hospitalar Ltda. (UNIPLAM), sociedade do ramo de saúde complementar sediada em Teresina - Piauí para a Hapvida Assistência Médica Ltda. A carteira possuía cerca de 25 mil beneficiários, majoritariamente localizados em Teresina.
- (iv) Tempo médio ponderado de permanência dos contratos na carteira de clientes.

	31/12/2018	Adições	Amortização	Baixa	Transferência	31/12/2019
Aquisição de carteira (i)	23.610	23.089	(13.814)	(12.246)	-	20.639
Software	14.396	151	(5.808)	-	49.983	58.722
Non compete	-	8.280	-	-	-	8.280
Ágio sobre investimentos (iii)	16.065	-	--	-	-	16.065
Adiantamentos	30.161	34.574	-	-	(49.983)	14.752
Total	84.232	66.094	(19.622)	(12.246)	-	118.458

	01/01/2018	Adições	Amortização	Baixa	Transferência	31/12/2018
Aquisição de carteira (ii)	101	30.000	(1.080)	(5.411)	-	23.610
Software	7.118	10.034	(2.888)	-	132	14.396
Marcas e patentes	1	-	-	(1)	-	-
Ágio sobre investimentos (iii)	16.065	-	-	-	-	16.065
Adiantamentos	4.565	25.728	-	-	(132)	30.161
Total	27.850	65.762	(3.968)	(5.412)	-	84.232

- (i) Em janeiro de 2019 a Companhia adquiriu a integralidade da carteira de clientes da Free Life Operadora de Planos de Saúde Ltda., que possuía 25 mil beneficiários na data (16 mil beneficiários em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2017, a Free Life apresentou receita líquida de R\$ 30.800 milhões, com sinistralidade de 73,4%.
- (ii) Em novembro de 2018 a Companhia adquiriu a integralidade da carteira de clientes da Assistência Médico Hospitalar Ltda (“Uniplan”), que possuía 25 mil beneficiários na data (14 mil beneficiários em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2017, a Uniplan apresentou receita líquida de R\$ 30.200 milhões, com sinistralidade de 60,3%.
- (iii) De acordo com a análise de recuperabilidade elaborada por empresa independente, a Companhia concluiu que o valor em uso das UGC é superior ao seu respectivo valor contábil, indicando que não existe indícios de perda por redução ao valor recuperável. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia.

10 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Empresa com suas partes relacionadas, cotistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

Parte relacionada	Eventos conhecidos ou avisados (a)	Despesas administrativas (b)	Créditos diversos líquidos (c)	Receita de serviço de assistência médica (d)	Débitos diversos
Ultra Som Serviços Médicos Ltda.	1.999.191	-	-	-	3.263
Vida & Imagem Radiologia e Diagnósticos Ltda.	19.794	-	-	-	-
Unidade Hospitalar Antônio Prudente Ltda.	-	-	-	-	94
Hospital Antônio Prudente Ltda.	175.516	-	-	-	-
Sistema Associado de Comunicação	-	-	-	897	-
Rádio e TV O. Norte	-	-	-	100	-
Rádio FM O. Norte	-	15	-	-	-
SAC	-	114	-	7	-
TV Borborema	-	45	-	-	-
TV Ponte Negra	-	50	-	902	-
TV Ponte Verde	-	35	-	102	-
Hospital Antônio Prudente de Manaus Ltda.	4.390	-	-	-	-
Promed Assistência Médica Ltda.	-	-	148	-	-
Haptech Soluções Inteligentes Ltda.	69.699	-	1	-	31
Hospital do Cariri	372	-	-	-	-
Fundação Ana Lima	-	-	5	-	-
Hapvida Participações e Investimentos S.A.	-	-	46	-	63.397
Terceiros (e)	-	-	6	-	-
Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda.	-	1.515	1	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019	2.268.962	1.774	207	2.008	66.785
Total em 31 de dezembro de 2018	1.644.616	5.967	38	-	883

- (a) Referem-se a custos de atendimento médico/hospitalar de usuários dos planos de saúde Hapvida.
- (b) Referem-se a despesas de aluguel.
- (c) Referem-se a serviços prestados de assistência médica, hospitalar e diagnóstica para empregados das empresas relacionadas acima.
- (d) Referem-se a serviços de assistência médica prestado pela Operadora às suas coligadas.
- (e) Referem-se ao valor de Juros sobre Capital Próprio de competência de 2018 ainda não pago aos acionistas.

As partes relacionadas com que a Empresa teve transações durante os exercícios de 2019 e 2018 fazem parte do Grupo Hapvida, empresas sob controle e administração comuns e que possuem a mesma estrutura administrativa e operacional.

Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve apropriação de honorários dos administradores ao resultado, na rubrica “Despesas gerais e administrativas” (R\$ 97 em 2018).

11 Investimentos e provisão para perda em investimento

a. Composição – Investimento

Empresa Investida	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Período	Quantidade de quotas	Percentual de participação	Resultado de Equivalência patrimonial 31/12/2019	Resultado de Equivalência patrimonial 31/12/2018	Investimentos 31/12/2019	Investimentos 31/12/2018
Jardim América Saúde Ltda	47.522	6.029	(42.990)	47.522.230	7%	105	-	8.195	-
Promed Assistência Médica	16	(461)	(17.555)	15.985.211	100%	1.110	-	98.195	-
Ame Plano de Saúde Ltda.	4.464	(2.032)	(787)	4.463.882	100%	(258)	-	8.997	-
								115.387	-

b. Movimentação - Investimento

Empresa Investida	Saldo 31/12/2018	Aquisição de Investimentos	Equivalência patrimonial	Mais-valia	Goodwill	Depreciação de mais-valia	Saldo 31/12/2019
Jardim América Saúde Ltda	-	317	105	3.051	4.718	4	8.195
Promed Assistência Médica	-	(1.570)	1.110	13.562	85.046	47	98.195
Ame Plano de Saúde Ltda.	-	(1.774)	(258)	2.145	8.880	4	8.997
							115.387

12 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

a. Composição

	2019	2018
Provisão de Prêmios e Contraprestação Não Ganha - PPCNG (a)	108.957	36.538
Provisão para eventos a liquidar para outros prestadores (b)	72.061	79.869
Provisão para eventos a liquidar SUS (c)	360.915	162.454
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (d)	90.880	151.097
Total	632.813	429.958

- (a) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor cobrado pelas operadoras para cobertura de risco contratual proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do período de cobertura mensal para apropriação como receita somente no período subsequente, quando a vigência for efetivamente incorrida.
- (b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos e avisados à Empresa, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Empresa, sendo posteriormente ajustado por glosas e descontos após análise dos colaboradores da Empresa (médicos auditores).
- (c) A Empresa registra nessa conta eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS de acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 5 da ANS, de 30 de setembro de 2011, e alterações posteriores.
- (d) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido informados à Empresa antes do encerramento do período, a qual foi constituída com base em metodologia atuarial. Os cálculos foram obtidos com base em triângulos de *run-off* que consideram o desenvolvimento histórico dos eventos pagos nos últimos 12 meses para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

As provisões técnicas representam o cálculo dos riscos esperados inerentes às operações de assistência à saúde estabelecidas pela RN ANS nº 442/18 e alterações posteriores, descritas a seguir:

• **Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência:** para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, a operadora de planos de saúde deve manter o patrimônio líquido ajustado para fins econômicos, conforme estabelecido pela ANS. O patrimônio líquido ajustado é calculado como o patrimônio líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a Empresa determina o patrimônio líquido ajustado e avalia a suficiência da margem de solvência, de acordo com a regulamentação da ANS.

A Empresa atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme apresentada na tabela comparativa a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)	1.375.552	1.196.942
Margem de Solvência exigida (MS)	868.940	671.107
Suficiência apurada	506.611	525.835

• **Ativos garantidores:** de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 419/16 e alterações posteriores, as operadoras de planos de saúde e odontológicos devem possuir ativos

garantidores suficientes para cobrir a totalidade das provisões técnicas reconhecidas na data do balanço e deduzidas da PPCNG e da parcela dos eventos a liquidar referente às cobranças apresentadas pelos prestadores nos últimos 30 dias.

A Empresa atingiu suficiência desse requisito em todos os períodos apresentados, conforme mostrado na tabela comparativa a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos garantidores vinculados exigidos	458.760	343.427
Ativos garantidores vinculados efetivos (veja a Nota 5 - c)	517.505	407.135
Cálculo de suficiência	<u>58.746</u>	<u>63.708</u>

b. Movimentação das provisões técnicas

	PPCNG	SUS	Eventos a liquidar	PEONA	Total
Saldos em 01/01/2018	33.954	135.488	81.968	128.529	379.939
Constituições	5.195.409	35.331	4.117.669	24.288	9.372.697
Reversões/apropriações	(5.192.825)	(8.365)	-	(1.720)	(5.202.910)
Baixas	-	-	(4.119.768)	-	(4.119.768)
Saldos em 31/12/2018	36.538	162.454	79.869	151.097	429.958
Constituições	5.578.758	150.039	4.011.037	-	9.739.834
Reversões/apropriações	(5.506.339)	-	-	(60.217)	(5.566.556)
Atualizações	-	48.422	-	-	48.422
Baixas	-	-	(4.018.845)	-	(4.018.845)
Saldos em 31/12/2019	108.957	360.915	72.061	90.880	632.813

13 Receita antecipada de contraprestações

	2019	2018
Receita antecipada de contraprestações - Individual	335	60.607
Receita antecipada de contraprestações - Coletivo	29	359
Total	364	60.966

14 Provisões para IR e CSLL

	2019	2018
Imposto de renda	12.291	21.924
Contribuição social sobre o lucro líquido	6.866	11.609
Total	19.157	33.533

15 Tributos e contribuições a recolher

	2019	2018
Encargos sociais	3.811	3.948
PIS e COFINS	9.160	59
IR/ISS/PIS/COFINS/INSS retidos	22.701	18.023
Parcelamentos (a)	967	941
Outros	868	-
Total	37.507	22.971
Circulante	35.802	21.264
Não circulante	1.705	1.707
	37.507	22.971

- (a) Em novembro de 2013, a Empresa aderiu ao Refis, um programa especial criado pelo Governo Federal para parcelamento de dívida de tributos federais. Esse programa foi criado pela Lei nº 11.941/09 e concedeu descontos sobre os encargos incidentes sobre a dívida tributária. A Empresa paga parcelas mensais e, após o deferimento e consolidação dos débitos tributários, a Empresa terá a opção de pagar 100% da dívida à vista.

Os valores dos tributos federais estão sendo atualizados pela Selic.

Em setembro de 2017, a Empresa aderiu a outro programa especial criado pelo Governo Federal também para parcelamento de dívida de tributos federais nos termos da Lei nº 13.496/17. A Empresa realizou a quitação antecipada do parcelamento no primeiro trimestre de 2018. A consolidação desse parcelamento pelas Autoridades Fiscais Federais ocorreu em setembro de 2018.

16 Débitos diversos

	2019	2018
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	63.397	63.397
Obrigações com pessoal	19.942	32.185
Fornecedores	5.643	12.574
Débito a pagar sobre aquisição de intangível	12.125	15.765
Outros débitos	<u>19.039</u>	<u>7.793</u>
Total	<u>120.146</u>	<u>131.714</u>
Circulante	102.813	129.072
Não circulante	<u>17.333</u>	<u>2.642</u>
	<u>120.146</u>	<u>131.714</u>

17 Provisões para ações judiciais

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

A Empresa provisiona a totalidade dos processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

	2019	2018
Provisões para ações tributárias	160.664	135.898
Provisões para ações cíveis	58.844	58.942
Provisões para ações trabalhistas	<u>20.092</u>	<u>18.623</u>
Total	<u>239.600</u>	<u>213.463</u>

Detalhamos abaixo a movimentação ocorrida em provisão para riscos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

01 de janeiro de 2018	188.200
Adições	50.902
Baixas	(19.262)
Reversões	(6.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>213.463</u>
Adições	73.069
Baixas	(36.062)
Reversões	<u>(10.870)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>239.600</u>

Riscos com prognóstico de perda provável:

Seguem descritos, abaixo, os principais temas que compõem os processos, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda provável pela Operadora:

(i) Provisões para processos judiciais e administrativos de natureza cível

- **Tema: Carência Contratual** - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter a cobertura assistencial do seu plano de saúde sem o devido cumprimento dos períodos de carência. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos prazos de carência previstos em lei e/ou contrato. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora e suas controladas provisionaram o montante de R\$ 8.992 (R\$ 8.490 em 31 de dezembro de 2018).
- **Tema: Exclusão Legal e/ou Contratual de Cobertura** - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter cobertura para serviços não abrangidos por lei e/ou contrato, podendo citar como exemplos: procedimentos estéticos, experimentais, não previstos no Rol de Cobertura Obrigatória da ANS ou em desacordo com suas Diretrizes de Utilização - DUT, Home Care, inseminação artificial, atendimentos fora da área de abrangência geográfica, etc. Neste cenário, muitas decisões judiciais são proferidas em desconformidade com a legislação aplicável, sem a devida obediência aos limites assistenciais impostos por lei e/ou contrato. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$ 11.625 (R\$ 11.395 em 31 de dezembro de 2018).
- **Tema: Ações Indenizatórias - Atos Médicos** - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por beneficiários que buscam obter reparação de danos sofridos por condutas médicas supostamente inadequadas. Em tais processos, os autores das ações buscam imputar à Operadora a responsabilidade solidária pelo ato médico praticado por seus profissionais credenciados. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$ 3.641 (R\$ 4.200 em 31 de dezembro de 2018).
- **Tema: Dívidas com Prestadores em Geral** - A contingência ora tratada advém de processos cíveis movidos por prestadores de serviços em geral que buscam obter o pagamento de valores supostamente devidos pela Operadora com fundamentos diversos, podendo citar como

exemplos: glosas de contas hospitalares, rescisões contratuais, etc. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$ 7.253 (R\$ 7.175 em 31 de dezembro de 2018).

Os valores de provisão relacionados aos processos, judiciais e administrativos, de natureza cível não abrangidos pelos temas acima apresentados encontram-se pulverizados em grupos de demandas menos representativos, constituindo uma parcela de menor relevância da provisão ora apresentada.

(ii) Provisões para processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

• **Tema: Reconhecimento de Vínculo Empregatício** - A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual, por prestadores de serviço, que buscam obter o reconhecimento de um suposto vínculo empregatício mantido com a Operadora, mesmo sem a presença dos pressupostos típicos de uma relação de emprego. Neste cenário, podemos citar como exemplo: médicos, técnicos em radiologia, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, etc. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$ 12.114 (R\$ 11.424 em 31 de dezembro de 2018).

• **Tema: Verbas Trabalhistas e Rescisórias** - A contingência ora tratada advém de processos trabalhistas movidos, de modo individual ou coletivo, por ex-empregados ou empregados, que buscam o recebimento de verbas trabalhistas e rescisórias concernentes ao período em que laboraram em favor da Operadora, abrangendo: horas extras, adicionais de insalubridade e noturno, equiparação salarial, desvio e acúmulo de função, multas dos artigos 467 e 477 da CLT etc. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$ 7.349 (R\$ 5.667 em 31 de dezembro de 2018).

(iii) Provisões para processos judiciais e administrativos de natureza tributária

• **Tema: Multas Administrativas ANS/Ressarcimento ao SUS (aspectos regulatórios)** - A contingência ora tratada advém de processos administrativos e execuções fiscais movidos pela ANS, em que são cobradas multas administrativas oriundas de supostas infrações às normas reguladoras da atividade das operadoras de planos de saúde, bem como valores relativos a ressarcimento ao SUS, decorrentes de atendimentos de beneficiários da Operadora na rede pública, com fundamento no art. 32 da Lei nº 9.656/98. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora provisionou o montante de R\$ 90.364 (R\$ 86.964 em 31 de dezembro de 2018), de modo a suportar perdas prováveis oriundas de processos judiciais, bem como o valor de R\$ 68.447 (R\$ 46.552 em 31 de dezembro de 2018), de modo a suportar perdas prováveis oriundas de demandas administrativas.

• **Tema: Imposto Sobre Serviços (ISS)** - A contingência ora tratada advém de processos administrativos e judiciais movidos por Secretarias da Fazenda Municipal, por meio dos quais se cobra o recolhimento do imposto sobre serviços supostamente devido pela Operadora, em decorrência de suas atividades operacionais. Em relação ao tema ora apresentado, a Operadora e provisionou o montante de R\$ 1.715 (R\$ 2.072 em 31 de dezembro de 2018).

Riscos com prognóstico de perda possível:

A Operadora discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perda possível, não constituindo provisão contábil.

Segue apresentada, abaixo, a composição dos valores de risco e descrição dos principais temas oriundos de processos, judiciais e administrativos, classificados com prognóstico de perda possível, em que figura como parte a Operadora, concernente ao período findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Causas com prognóstico possível - Naturezas:	2019	2018
Tributárias	551.502	577.899
Cíveis	180.276	189.580
Trabalhistas	56.625	52.811
Total	<u>788.403</u>	<u>820.290</u>

(i) Passivo contingente para processos judiciais e administrativos de natureza cível

• **Tema: Carência Contratual** - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresenta um passivo contingente de R\$ 9.560 (R\$ 9.853 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

• **Tema: Exclusão Legal e/ou Contratual de Cobertura** - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresenta um passivo contingente de R\$ 23.103 (R\$ 14.265 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

• **Tema: Ações Indenizatórias - Atos Médicos** - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresenta um passivo contingente de R\$ 121.076 (R\$ 93.646 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

• **Tema: Dívidas com Prestadores em Geral** - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresenta um passivo contingente de R\$ 26.536 (R\$ 22.718 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos de natureza cível, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

(ii) Passivo Contingente para processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

• **Tema: Reconhecimento de Vínculo Empregatício** - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresenta um passivo contingente de R\$ 33.553 (R\$ 27.762 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos de natureza trabalhista, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

• **Tema: Verbas Trabalhistas e Rescisórias** - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentara um passivo contingente de R\$ 23.072 (R\$ 17.060 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos de natureza trabalhista, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

(iii) Passivo Contingente para processos judiciais e administrativos de natureza tributária

• **Tema: Multas Administrativas ANS/Ressarcimento ao SUS** - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresenta um passivo contingente de R\$ 136.574 (R\$ 96.375 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos judiciais de natureza regulatória, e R\$ 19.772 (R\$ 50.259 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos administrativos de natureza regulatória, todos classificados com risco de perda possível.

• **Tema: Imposto Sobre Serviços (ISS)** - Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresenta um passivo contingente de R\$ 98.756 (R\$ 89.386 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos de natureza tributária, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

• **Tema: Execuções Fiscais - Sucessão Empresarial** - A contingência ora tratada advém de execuções fiscais originalmente movidas em desfavor de outras operadoras de planos de saúde, nas quais a Fazenda Nacional requereu o redirecionamento para a Operadora, sob justificativa de suposta sucessão empresarial decorrente de operações de alienação de carteira de beneficiários. Em relação ao tema apresentado, a Operadora apresentara um passivo contingente de R\$ 118.490 (R\$ 91.937 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos de natureza tributária, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

• **Tema: Assuntos Previdenciários** - A contingência ora tratada advém, principalmente, de autos de infração lavrados em face da Operadora por créditos tributários supostamente devidos em razão de irregularidades ou ausência de recolhimentos de contribuições previdenciárias, dentre outros assuntos previdenciários. Em relação ao tema apontado, a Operadora apresenta um passivo contingente de R\$ 197.682 (R\$ 192.531 em 31 de dezembro de 2018), atinente aos processos de natureza tributária, judiciais e administrativos, classificados com risco de perda possível.

Depósitos judiciais

A Empresa possui depósitos judiciais mantidos no ativo nos seguintes montantes:

	2019	2018
Depósitos judiciais tributários	97.129	55.536
Depósitos judiciais cíveis	43.175	28.406
Depósitos judiciais trabalhistas	5.247	5.058
	<hr/>	<hr/>
Total	145.551	89.000

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Operadora totaliza o valor de R\$ 921.720 em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, representado por 921.719.929 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, de totalidade de sócios residentes e domiciliados no País, sendo 99,99% das cotas pertencentes à Hapvida Participações e Investimentos S.A.

b. Reserva de lucros

Registra a retenção acumulada de lucros para futura utilização, conforme decisão dos cotistas. Em 31 de dezembro de 2019 foi constituído o montante de R\$ 229.703 (R\$ 208.546 em 31 de

dezembro de 2018) totalizando o valor de R\$ R\$ 675.203 (R\$ 445.500 em 31 de dezembro de 2018) de reserva de lucro.

19 Eventos indenizáveis líquidos

	2019	2018
Eventos conhecidos – Coletivo	(3.167.489)	(2.537.517)
Eventos conhecidos - Individual	(1.154.085)	(951.949)
(-) Glosa	235.012	189.119
(-) Recuperação por coparticipação	75.525	63.614
Ressarcimento ao SUS	(150.039)	(26.966)
Varição da PEONA	60.216	(22.568)
	<u>(4.100.860)</u>	<u>(3.286.267)</u>

20 Despesas de comercialização

O valor de R\$ 300.241 (R\$ 295.374 em 2018) refere-se, basicamente, a despesas com comissões da comercialização diferidas dos planos de saúde da Empresa, contabilizadas de acordo com a Resolução Normativa (RN) n° 322 de 28 de março de 2013, atualizado pela RN n° 435/2018 e alterações subsequentes, ambas da ANS.

21 Despesas administrativas

	2019	2018
Despesa com pessoal próprio	(178.782)	(171.645)
Despesa com serviços de terceiros	(130.234)	(130.649)
Despesa com localização e funcionamento	(103.583)	(126.118)
Despesa com publicidade e propaganda	(39.117)	(35.185)
Despesa com tributos	(3.485)	(216)
Despesas judiciais	(67.470)	(66.124)
Despesas diversas	(11.865)	(1.835)
	<u>(534.536)</u>	<u>(531.772)</u>

22 Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações	100.481	91.162
Receita de juros por recebimento em atraso	25.330	24.744
Atualização monetária de créditos tributários	15.679	2.120
Outras	1.676	197
	<u>143.166</u>	<u>118.223</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(21.814)	(15.929)
Atualização monetária	(48.609)	(2)
Encargos sobre tributos	(31)	(125)
Tarifas de cobrança	(8.241)	(6.732)
Outros	(669)	(1.955)
	<u>(79.364)</u>	<u>(24.743)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>63.802</u></u>	<u><u>93.480</u></u>

23 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

a. Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	31/12/2019		31/12/2018	
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social		359.188		498.376
Alíquotas combinadas:				
IRPJ, acrescido do adicional de alíquota		25%		25%
CSLL		9%		9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social pela alíquota oficial	34,00%	122.124	34,00%	169.448
Diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprio	0,00%	-	0,00%	(14.416)
Provisões indedutíveis, líquidas (i)	-2,39%	8.640	2,39%	(4.043)
Outras adições e exclusões	-0,03%	<u>(1.279)</u>	0,45%	<u>(1.866)</u>
Total	-4,08%	7.361	2,84%	(20.325)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	36,42%	<u>129.485</u>	36,84%	<u>149.123</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 01/01/2018	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31/12/2018	Reconhecimento no resultado	Saldo em 31/12/2019
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	63.987	8.590	72.577	8.887	81.464
Provisão para perdas sobre créditos	11.387	2.180	13.567	4.414	17.306
Outras provisões (i)	-	5.455	5.455	(5.455)	-
Outros créditos fiscais	<u>2.609</u>	<u>(35)</u>	<u>2.574</u>	<u>(2.742)</u>	<u>507</u>
Total	77.983	16.190	94.173	5.104	99.278

- (i) Referentes à provisão de despesas com pessoal calculadas em bases estimadas, não sendo admitida sua dedução na apuração fiscal.

(iii) Instrumentos financeiros

(i) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** títulos, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** títulos, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Empresa não efetuou transferências entre ativos financeiros, bem como não houve transferências entre níveis hierárquicos. As aplicações financeiras da Empresa estão detalhadas na Nota Explicativa nº 5 e são mantidas até o vencimento, sendo classificadas de acordo com o nível 2 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos.

Os instrumentos financeiros da Empresa são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. A tabela abaixo não inclui informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os instrumentos financeiros da Empresa são classificados como nível 2 e detalhados abaixo:

31/12/2019

Notas	Vencimento		Valor contábil / Valor justo					
	2020	2021	Total	Mantido para negociação	Mantido até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total	
Aplicações financeiras	5	927.736	764.945	1.692.681	-	1.691.629	1.052	1.692.681
Disponível		95.301	-	95.301	-	-	95.301	95.301
Contraprestações pecuniárias a receber	6	147.891	-	147.891	-	-	147.891	147.891
		1.170.928	764.945	1.935.873	-	1.691.629	244.244	1.935.873
Débitos de operações de assistência à saúde		(889)	-	(889)	-	-	(889)	(889)
Débitos diversos		(102.813)	(17.333)	(120.146)	-	-	(120.146)	(120.146)
		(103.702)	(17.333)	(121.035)	-	-	(121.035)	(121.035)

		31/12/2018							
Notas	Vencimento				Valor contábil / Valor justo				
	2019	2020	2021 em diante	Total	Mantido para negociação	Mantido até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total	
Disponível	119.701	-	-	119.701	-	-	119.701	119.701	
Aplicações financeiras	597.120	104.930	850.753	1.552.803	-	1.423.616	129.187	1.552.803	
Contraprestações pecuniárias a receber	6 134.450	-	-	134.450	-	-	134.450	134.450	
	851.271	104.930	850.753	1.806.954	-	1.423.616	383.338	1.806.954	
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12 (242.323)	-	-	(242.323)	-	-	(242.323)	(242.323)	
Débitos de operações de assistência à saúde	(65.181)	-	-	(65.181)	-	-	(65.181)	(65.181)	
Débitos diversos	(129.072)	(2.642)	-	(131.714)	-	-	(131.714)	(131.714)	
	(194.253)	(2.642)	-	(196.895)	-	-	(196.895)	(196.895)	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa não possui transações e saldos ativos ou passivos decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Na nota explicativa 4 apresentamos as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

(iii) Gerenciamento de risco

Gerenciamento de riscos de mercado

A Empresa possui uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A política de investimentos possui as seguintes premissas: (i) investir a integralidade dos investimentos no segmento de renda fixa e de baixo risco; (ii) investir a maioria dos recursos em ativos de liquidez imediata e uma menor parte com carência de até 90 dias, montante embasado pelas expectativas de uso dos recursos com crescimento orgânico e aquisições; (iii) investir em instrumentos financeiros com desempenho bruto estimado de 99,5% do CDI; (iv) investir em aplicações em instituições de primeira linha com limite individual de 35%, e até 10% em instituições financeiras de primeira linha, com limite individual de 35% e até 10% em instituições de segunda linha, com limite individual de 5%; (v) atender integralmente às normativas da ANS; e (vi) realizar a manutenção da maior parte dos investimentos até o vencimento.

Periodicamente, a área Financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado pelos órgãos da administração da Companhia.

Risco do seguro e política de precificação

Empresas que operam negócios de planos de saúde e odontológicos estão expostas a riscos relacionados à volatilidade dos custos. Planos odontológicos são menos sensíveis devido à menor frequência de uso e menor complexidade dos tratamentos.

Quando a Empresa desenvolve um novo produto, ela analisa diversas variáveis para definir o preço desse produto, como a localização de venda, o perfil de frequência dos beneficiários para aquela área com base em dados históricos, e os custos dos principais *inputs* da área na qual o produto será vendido (médicos, profissionais de saúde, preço de mercado dos principais procedimentos). Com base nessas análises, a Empresa determina o preço de seus produtos.

Cada empresa de médio e grande porte possui sua taxa de sinistralidade anualmente calculada quando está negociando os reajustes de preço (clientes individuais são regulados pela ANS).

Com base nos resultados históricos de cada cliente, e com base nas expectativas de custo relacionadas a esses clientes, o aumento de preço desse contrato é determinado. Essa prática mitiga o risco de o cliente trazer perdas constantes para a Empresa.

Em relação aos clientes individuais, o preço dos produtos considera um valor adicional porque esse tipo de cliente historicamente tem maior uso da rede de serviços.

Apuração das provisões técnicas e ativos garantidores

A apuração das provisões técnicas é realizada periodicamente pela equipe atuarial, sendo acompanhada pela equipe de Controladoria na mensuração da necessidade de ativos garantidores no encerramento de cada trimestre de acordo com os critérios previstos no art. 2º da RN ANS nº 392, para cumprimento obrigatório de exigências do órgão regulador do setor. Adicionalmente, a Empresa avalia, a cada data de balanço, se seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos, realizando os testes de adequação de passivos. Se essa avaliação mostrar que o valor do passivo por contrato está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a insuficiência de provisão técnica deve ser reconhecida no resultado do período.

Risco de mercado e análise de sensibilidade

A Empresa não possui endividamento e não contrata instrumentos financeiros derivativos. A política de investimentos dos recursos gerados pela atividade da Empresa determina que tais recursos sejam investidos em ativos financeiros de grandes bancos brasileiros e/ou em fundos de renda fixa desses bancos em que a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) classifica como de baixo risco.

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa possui a seguinte sensibilidade de seus ativos financeiros com base na variação da taxa básica de juros da economia (Selic/CDI):

	Saldo 31/12/2019	Risco	Cenário -2,70%	Cenário -4,05%	Cenário Provável -5,40%	Cenário -6,75%	Cenário -8,10%
Aplicações financeiras							
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	517.505	100% CDI	13.973	20.959	27.945	34.932	41.918
Saldo de aplicações financeiras (livres)	1.175.176	100% CDI	31.730	47.595	63.460	79.324	95.189
	<u>1.692.681</u>		<u>45.703</u>	<u>68.554</u>	<u>91.405</u>	<u>114.256</u>	<u>137.107</u>

Riscos de créditos

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Contas a receber

Risco de crédito para a Empresa é considerado como baixo pela Administração, pois suas mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte das contas a receber da Empresa é relacionada ao risco do período de cobertura. Além disso, para reduzir o risco de pagar os custos do tratamento sem o recebimento, a Empresa adota a prática do cancelamento dos planos em atraso conforme regulamentado pela ANS para a operadora de planos de saúde.

A Empresa estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação a contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionadas a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Empresa avalie não ser possível recuperar o montante devido.

De uma forma geral, a Empresa mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, a Empresa cancela os planos de acordo com as regras da ANS.

Aplicações financeiras

Em relação aos riscos de créditos relacionados às aplicações financeiras, segue quadro com informação quantitativa da exposição máxima ao risco com as informações sobre os *ratings* das instituições financeiras contrapartes das aplicações da Empresa:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	<i>Ratings das instituições financeiras</i>					
			Fitch1		Moody's2		S&P3	
			CP	LP	CP	LP	CP	LP
Banco Santander S.A.	699.761	461.289	-	-	Br-1	Aaa.br	brA-1+	brAA-
Caixa Econômica Federal	87.476	278.565	F1+	AA	BR-1	Aa1.br	brA-1+	brAA-
Banco Bradesco S.A.	97.793	220.896	F1+	AAA	BR-1	Aa1.br	brA-1+	brAA-
Banco do Brasil S.A.	366.931	215.092	F1+	AA	BR-1	Aa1.br	B	BB-
Banco Itaú Unibanco S.A.	304.634	174.536	F1+	AAA	BR-1	Aa1.br	brA-1+	brAA-
Banco Safra S.A.	133.791	76.749	F1+	AA+	BR-1	Aa1.br	brA-1+	brAA-
Outros	2.295	125.676						
	<u>1.692.681</u>	<u>1.552.803</u>						

1. Última divulgação de cada instituição financeira. Escala Nacional.
2. Ratings List Brazil, publicado em 2 de janeiro de 2020.
3. Ratings de várias entidades financeiras brasileiras revisados após ação nos ratings soberanos; publicado em 13 de outubro de 2019.

Disponível

A Empresa detinha disponível de R\$ 95.301 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 119.701 em 31 de dezembro de 2018). O disponível é mantido em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch.

Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa utiliza o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Empresa busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outras contas a pagar com fornecedores). A Empresa monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Empresa residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus produtos. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Empresa, em que são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração a geração de caixa da Empresa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira:

	31/12/2019			
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual		
		2020	2021	Total
Passivos financeiros e de operações de saúde, não avaliados a valor justo				
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(632.813)	(632.813)	-	(632.813)
Débitos de operações de assistência à saúde	(889)	(889)	-	(889)
Débitos diversos	(120.146)	(102.813)	(17.333)	(120.146)
Total	(753.848)	(736.515)	(17.333)	(753.848)

24 Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	229.703	349.253
Depreciação e amortização	23.694	9.806
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11.795	-
Provisão para perdas sobre créditos	146.899	-
Equivalência Patrimonial	(957)	-
Baixa de ativo imobilizado	113	1.343
Baixa do intangível	12.246	5.412
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	62.199	-
Rendimento de aplicação financeira	(99.375)	-
Imposto de renda e contribuição social	134.589	-
Tributos diferidos	(5.104)	-
(Aumento) diminuição das contas do ativo:		
Contraprestações pecuniárias a receber	(160.340)	(19.268)
Aplicações financeiras	(40.503)	(232.004)
Outros créditos com operações de assistência à saúde	(49.007)	(2.601)
Créditos tributários e previdenciários	(4.208)	(10.819)
Bens e títulos a receber	19.844	(4.596)
Depósitos judiciais	(56.551)	(36.454)
Títulos e créditos a receber	520	(15.488)
Ativo fiscal diferido	-	(16.190)
Despesas diferidas	1.472	2.734
Aumento (diminuição) das contas do passivo:		
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	191.060	50.019
Débitos de operações de assistência a saúde	(64.292)	10.026
Tributos e contribuições a recolher	14.536	(10.155)
Provisões para ações judiciais	(36.062)	25.263
Débitos diversos	(39.001)	(25.821)
Pagamentos de IR e CSSL	(148.965)	-
Caixa (aplicado nas) gerado pelas gerado pelas operações	<u>144.305</u>	<u>80.460</u>

25 Cobertura de seguros

A Companhia realiza as contratações de seguros a nível de grupo econômico, que contém sua controladora, suas coligadas e controladas. Em julho de 2019, o grupo econômico da Companhia renovou os seguros para cobrir riscos declarados no montante de R\$ 1.022 com limite máximo de indenização de R\$ 202.411 para incêndios, raios, explosões e implosões relacionadas a 199 unidades em operação.

O grupo econômico da Companhia contratou seguro de responsabilidade civil para administradores e diretores com vigência de junho de 2019 a junho de 2020 e limite máximo de garantia de R\$ 50.000. A cobertura compreende danos morais, bens e garantias pessoais, custos emergenciais, entre outros.

26 Eventos subsequentes

Em atendimento as normas contábeis vigentes, que dispõe sobre os efeitos do Coronavírus nas demonstrações financeiras individuais as normas contábeis, que requerem divulgação de eventos subsequentes para o cenário atual, a Companhia acompanha o desenrolar dos acontecimentos e informa que não sofreu impactos econômico-financeiros significativos em seus negócios até este momento.

No entanto, aumentaram o grau de incerteza para muitas projeções que só poderão ser mensuradas futuramente e que podem gerar os impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras, quer sejam relevantes ou não. Até o presente momento, a Operadora não teve seu fluxo de caixa operacional afetado, haja vista que o seu fluxo de recebimentos e pagamentos estão seguindo curso normal dos negócios.

Quanto aos aspectos operacionais, com base na melhor informação disponível, a Operadora está tomando medidas para reduzir qualquer eventual impacto, quais sejam:

- Constituição de um comitê multidisciplinar com o objetivo de monitorar a pandemia, estudando as melhores práticas possíveis para o tratamento e controle, tendo por base a melhor experiência aqui e no resto do mundo;
- Compra de estoque de materiais, equipamentos e medicamentos que deverão ser utilizados ao longo do ciclo contagioso;
- Utilização de telemedicina para orientação e realização de consultas com seus beneficiários, realizada através da Rede Própria do Grupo;
- Esforço de comunicação com seus clientes e com a sociedade em geral para prevenção da infecção do vírus;
- Adoção de home office com seus colaboradores de *backoffice*, suspensão das férias de colaboradores assistenciais e estudo de ações previstas na Medida Provisória nº 927/2020

* * *

Cândido Pinheiro Koren de Lima
Presidente do Conselho de Administração

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Diretor-presidente

Rodrigo Nogueira Silva
Contador CRC CE-023516/O-3

Rafael Sobral Melo
Atuário MIBA 1.572